

REGIANE DE FÁTIMA TEODORO

**ASPECTOS ESTRUTURAIS DA COLEÇÃO DE LIVROS
DIDÁTICOS “NOVA HISTÓRIA CRÍTICA”**

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
MARIANA, 2008

REGIANE DE FÁTIMA TEODORO

**ASPECTOS ESTRUTURAIS DA COLEÇÃO DE LIVROS
DIDÁTICOS “NOVA HISTÓRIA CRÍTICA”**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de
Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em
História.

Orientadora: Dra. Rosana Areal de Carvalho.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
MARIANA, 2008

DEDICATÓRIA
Para meu saudoso pai,
minha querida mãe e meus irmãos.
Agradecimento especial à Prof^a Rosana Areal de Carvalho
pelos preciosos ensinamentos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar os aspectos estruturais dos livros didáticos da coleção “Nova História Crítica”, editora Nova Geração, de autoria de Mário Furley Schmidt. A obra de Schmidt foi aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático e distribuída para mais de 50 mil escolas de todo o país entre os anos de 1999 e 2007. Entretanto, em 2008 foi reprovada e retirada do programa por não atender às condições necessárias para sua utilização em sala de aula. Pensando nestes pontos, procuramos expor este contexto, através da análise das políticas públicas e da metodologia de estudo com estes materiais, a bibliografia brasileira sobre o tema e os aspectos estruturais da coleção de Schmidt, abordando também a polêmica em torno da “Nova História Crítica”.

Palavras chave: Ensino de História, Livros didáticos, Coleção “Nova História Crítica”.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to identify the structural aspects of didactic books of the collection “Nova História Crítica”, Nova Geração publishing, written by Mário Furley Schmidt. The work of Schmidt was approved by the Programa Nacional do Livro Didático and distributed for more than 50 thousand Brazilian schools between 1999 and 2007. However, in 2008 it was disapproved and withdrawn of the program for not answering needed conditions for its use in the classroom. Reflecting on these points, we aim to display this context through the analysis of the public politics, of the methodology of study with these materials, of the Brazilian bibliography on the subject, and of the structural aspects of the collection of Schmidt, also approaching the controversy around “Nova História Crítica”.

Words key: History teaching, Books, “Nova História Crítica” Collection.

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
1 Introdução - Livros didáticos de História: Um Estudo de Caso.....	8
2 Capítulo I: Contexto da problemática em torno dos livros didáticos de História.	
2.1 Livros didáticos e livros didáticos de História: Um balanço das pesquisas realizadas no Brasil.....	17
2.2 Metodologias utilizadas em pesquisas com livros didáticos de História...24	
2.3 Os livros didáticos e as políticas públicas.....	26
2.4 O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.....	31
3 Capítulo II: Apresentação da problemática.	
3.1 A coleção “Nova História Crítica”.....	35
3.2 Análise dos aspectos estruturais da coleção “Nova História Crítica”.....	39
3.3 A polêmica envolvendo os livros didáticos da coleção “Nova História Crítica”.....	47
4 Conclusão.....	52
5 Bibliografia.....	56

APRESENTAÇÃO

Os livros didáticos têm despertado grande interesse em pesquisadores do ensino de História nas últimas três décadas. São objetos de estudo complexos e de muitas facetas. Tomados como mediadores na comunicação entre professor e aluno possuem o caráter de instrumentos ou recursos didáticos no processo de ensino aprendizagem. Largamente utilizados no ensino público brasileiro, os livros didáticos representam para o governo uma desejada qualidade no ensino; para os professores, na maioria dos casos, são os únicos recursos empregados em sala de aula; e para o mercado editorial significam sinais de lucros vertiginosos. Levando em conta a importância desse recurso e sua utilização no ensino de História, desenvolveremos aqui a análise dos aspectos estruturais dos livros didáticos da coleção “Nova história Crítica”. Essa coleção alcançou em 2007 o posto de mais adquirida pelo Ministério da Educação nos últimos nove anos na área de História do ensino fundamental. Com cerca de 10 milhões de exemplares distribuídos em todo o país desde 1999 e utilizados por mais de 20 milhões de alunos, de 5ª a 8ª série, a obra de Mário Furley Schmidt, entre ganhos e perdas, faz parte da história da educação pública brasileira de quase uma década.

INTRODUÇÃO

Livros Didáticos de História: Um Estudo de Caso

O desejo de estudar os livros didáticos e sua utilização no ensino de História surgiu em 2006, quando realizamos a disciplina “Seminário de História do Livro e da Leitura” do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Concomitante, participamos da disciplina de estágio supervisionado onde observamos o funcionamento do ensino de História no nível fundamental. O local de realização do estágio supervisionado foi a Escola Estadual de Ouro Preto e nesta eram utilizados os livros didáticos da coleção “Nova História Crítica” do autor Mário Furley Schmidt. Somando nosso interesse pelo ensino de História e pela utilização dos livros didáticos, decidimos por pesquisar as características estruturais de uma coleção e se esta atende as condições necessárias para sua aplicação em sala de aula.

Desta forma o trabalho de pesquisa aqui apresentado tem como objeto de estudo os livros didáticos de História da coleção “Nova História Crítica” do autor Mário Furley Schmidt, editados pela Nova Geração. Estes livros são

destinados aos quatro últimos anos do ensino fundamental, ou seja, as séries: 5^a, 6^a, 7^a e 8^a, atualmente, 6^o, 7^o, 8^a e 9^o ano. Tais livros foram utilizados em milhares de escolas da rede pública brasileira desde o ano de 1999 até 2007.

No decorrer do trabalho de pesquisa nos deparamos com novas questões, algumas surpresas e com a necessidade de recortar e compreender ainda mais nosso objeto de estudo, contribuindo assim para as pesquisas em torno do ensino de História. Podemos destacar algumas questões que surgiram ao longo da pesquisa, entre elas: os livros didáticos desta coleção atendem às condições pré-estabelecidas para sua utilização? Como a “Nova História Crítica” se apresenta estruturalmente? E por que a escolha por uma análise estrutural e não conceitual?

Levando em conta o início de nossa trajetória no campo da pesquisa do ensino de História, o fato de a coleção ser bastante extensa e a inexistência de um trabalho com este propósito, fizemos com que optássemos por desenvolver uma análise dos aspectos estruturais dos livros didáticos de Mário Furley Schmidt, tomando-os como fontes de nossa pesquisa. Temas como a aplicação dos livros de Mário Schmidt em sala de aula, os resultados em sua utilização entre os de 1999 e 2007, uma análise conceitual dos conteúdos e a postura do autor em relação aos processos históricos, poderá nos servir para uma investigação posterior e que de certa forma virá para somar com o trabalho aqui apresentado.

No início do processo de pesquisa tínhamos um conhecimento vago em relação à coleção e acreditávamos que esta não apresentasse graves problemas em sua estrutura. Embasados em autores que trataram da concepção dos livros didáticos a partir da segunda metade do século XX, nas determinações dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Disciplina História e no Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), desenvolvemos a observação e a análise dos livros didáticos com o propósito de identificar as características de seus aspectos estruturais.

A escolha pela coleção “Nova História Crítica” se deu *a priori* pelo fato de ser aquela utilizada nas escolas da região de Ouro Preto, após buscarmos mais informações sobre nosso objeto, nos surpreendemos com a descoberta de esta ser a coleção que ocupa o primeiro lugar em distribuição nesta área de ensino em todo o país, de norte a sul, atendendo regiões completamente diferentes e por isso mesmo com singularidades que lhes cabem. Paralelamente a esta descoberta nos deparamos com uma polêmica de grande porte em torno da aprovação e da utilização dos livros didáticos desta coleção. Somamos então ao nosso trabalho, a exposição destas questões.

As estruturas dos livros didáticos são pré-estabelecidas pelo governo através do MEC e da Secretaria responsável pelo material didático, que orientam os autores e as editoras sobre as condições para participação no PNLD. Se aprovados, os livros didáticos poderão ser escolhidos e utilizados

por alunos e professores do ensino público de nível fundamental. O fato dos livros didáticos da coleção “Nova História Crítica” terem alcançado o posto de mais adquiridos pelo MEC não garantiu que esta pudesse ter uma qualidade suprema em relação aos seus aspectos estruturais, para os quais direcionamos nossos olhares. Antes de conhecer suas estruturas e de analisar a fundo a coleção não tínhamos pontos negativos a destacar. No entanto, no choque das informações colhidas no processo de pesquisa e no contato com nosso objeto, identificamos algumas lacunas em sua construção.

A instituição escolar revela aos estudantes um mundo de experiências oriundas do convívio social e amplia os horizontes no contato com os conhecimentos expostos pelas disciplinas, através dos professores e sistematizados nos livros didáticos. Os livros de ciências da vida, ciências exatas, humanas e sociais colocam à disposição conhecimentos básicos e necessários para a vida em sociedade. É perceptível que com o passar dos anos, os livros didáticos, importantes instrumentos de ensino sofreram inúmeras transformações provocadas por mudanças nos campos: social, político, ideológico, mercadológico, acadêmico, entre outros.

Livros didáticos são seletivos, já que, disponibilizam um conhecimento selecionado por autor(s) e por editoras, portanto, não é neutro. Os conteúdos privilegiados transmitem muitas vezes os valores, as crenças e a visão de mundo daqueles que os produziram. No caso da História podemos destacar a

posição historiográfica defendida pelo autor(s) e até mesmo o que o Estado deseja transmitir. Precisamos nos ater para a questão da escola ser um veículo de alcance da massa e por isso mesmo representar um instrumento de controle da difusão de idéias contrárias a vontade de quem quer que lhe interesse, seja governo, mídia ou mercado econômico que envolva idéias do capitalismo massificante.

A disponibilização de livros didáticos para o atendimento a todas as séries do ensino fundamental, parte das políticas públicas brasileiras para a educação básica, só ocorreu no ano de 1985 com a criação do PNDL (Programa nacional do Livro Didático) e a ampliação do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Os livros didáticos estão entre os recursos, em alguns casos, são os únicos recursos disponíveis e utilizados como instrumentos facilitadores do processo de ensino aprendizagem em muitas escolas públicas brasileiras.

É nosso objetivo também trazer para a discussão um debate que envolva a concepção dos livros didáticos de História nos dias atuais, o fazer do pesquisador e a relação com estes materiais, a prática do professor, a visão dos professores a respeito deste instrumento pedagógico de grande alcance e que, muitas vezes, não é utilizado com proveito pelos sujeitos escolares. Neste sentido, entendemos que o ofício do historiador precisa ter continuidade em sala de aula, no livro didático e no trabalho do profissional da educação.

Precisamos identificar como os pressupostos estruturais do autor e dos editores de livros didáticos interferem e se imprimem no livro didático de História?

Quando iniciamos a pesquisa nos questionamos se era possível utilizar como objeto de estudo, os livros didáticos das disciplinas. Esses materiais didáticos são produtos de uma sociedade e como tal, são responsáveis pela transmissão de valores, em alguns casos, incumbidos de um projeto de nação num dado período histórico. Inseridos num contexto cultural e político representam para nós um documento histórico que nos permitirá pesquisar parte da cultura escolar pública brasileira e compreendê-la em seus aspectos didáticos e a relação com o contexto social.

A metodologia utilizada em nossa pesquisa será, primeiramente, realizar uma análise profunda da bibliografia nacional desde suas primeiras manifestações até publicações mais recentes sobre o tema livros didáticos de História. Com esta etapa concluída, prosseguiremos com a análise das fontes primárias, ou seja, os livros didáticos da “Nova História Crítica” destinados aos quatro últimos anos do ensino fundamental (quinta a oitava série ou sexto ao nono ano, no Estado de Minas Gerais), identificando as características estruturais da coleção. Adotaremos uma abordagem estrutural, preocupada em analisar as características gráficas e editoriais, responsáveis pela legibilidade e inteligibilidade dos livros didáticos, são elas: ilustrações, atividades, linguagem, bibliografia, informações sobre o autor, glossário, manual do aluno

e também exemplar do professor. Entenda-se por legibilidade, neste caso, a qualidade do material impresso e que o torna de fácil leitura. Inteligibilidade, por sua vez, refere-se à qualidade do que é inteligível, percebido e compreendido dentro de sua complexidade.

Essas estruturas gráficas e editoriais são, muitas vezes, ignoradas e incompreendidas por alunos e professores que utilizam no dia-a-dia os livros didáticos como recurso de aprendizagem. O desconhecimento e a falta de interesse dos profissionais da educação em estudar o livro didático fazem com que suas escolhas não sejam pautadas em critérios sólidos e que do material didático escolhido não se possa retirar um proveito maior.

O livro didático foi analisado pela primeira vez no Brasil em 1957, por Alaíde Lisboa de Oliveira, intelectual e educadora de referência, sua obra foi intitulada “O Livro Didático” e veio naquele momento inaugurar no país um campo de estudos de muita importância. No decorrer da segunda metade do século XX outros pesquisadores também se ocuparam desta questão de grande relevância para o trabalho dos profissionais da educação, uma educação de qualidade e também para a compreensão dos processos históricos de construção do saber escolar.

Podemos citar alguns nomes de pesquisadores brasileiros, que trataram a partir daí, temas como a função do livro didático, as políticas públicas que os envolvem, a produção destes materiais, a participação do Estado no mercado

dos livros didáticos e as perspectivas das últimas décadas do século XX. Os nomes que se destacam neste campo são, entre outros, o de Samuel Pfromm Netto (1974), Maria Laura P. B. Franco (1982), João Batista Araújo Oliveira, Sônia Dantas Pinto Guimarães e Helena Maria Bousquet (1984).

As pesquisas mais recentes, início do século XXI, mostram um recorte mais específico e apontam para uma abordagem direcionada a uma única disciplina. Atualmente alguns nomes se destacam em pesquisas no campo da disciplina História e são tomados como referência, podemos citar entre eles, autores como Kazumi Munakata (PUC/SP), Circe Maria Fernandes Bittencourt (USP), Ana Maria Monteiro (UFRJ), Lana Mara Castro Siman (UFMG), Cláudia Sapag Ricci (UFMG) e Décio Gatti Jr. (UFU).

Uma questão bastante discutida e comentada nas escolas, nas universidades, nas casas e nas ruas diz respeito aos desafios da realidade educacional brasileira. O desenvolvimento de alternativas e a capacitação dos profissionais da educação frente a essa situação são os objetivos perseguidos visando o aprimoramento do ensino nas escolas públicas de todo país. O estudo e a discussão das práticas de ensino das diferentes disciplinas e dos recursos pedagógicos e didáticos utilizados em sala de aula somam-se para a ampliação dos conhecimentos e para a descoberta de soluções.

O livro didático constitui-se um apoio de grande validade para o trabalho do profissional da educação. Deve ser visto como uma base

orientadora e como objeto de crítica, não devendo ser a única fonte norteadora da atividade de ensino que precisa se pautar principalmente pelo planejamento dos professores frente a realidade dos alunos atendidos. Professores e alunos devem conhecer e saber lidar com este instrumento de ensino que muitas vezes é a única fonte de informações em escolas e até mesmo nas casas desses alunos.

O motivo pelo qual escolhemos o livro didático de História como objeto de pesquisa foi a importância que ele ocupa no processo educacional brasileiro e a contribuição que pesquisas com esta temática podem dar para o avanço no campo de estudos do ensino de História. O objetivo não foi condenar a coleção “Nova História Crítica”, ou simplesmente repudiar este material didático de grande valor para a educação. Antes disso, analisá-lo em todos os seus pormenores enquanto um objeto de estudo e fonte de pesquisa. Os livros didáticos de História são fontes historiográficas e nos permitem delinear mudanças ou permanências de padrões e comportamentos de uma sociedade. Enfim, as pesquisas em torno do ensino de História e que utilizam os livros didáticos contribuem para um avanço no entendimento da escola, das práticas educativas, das metodologias de ensino e dos sujeitos escolares.

2 - CAPÍTULO I

O Contexto da problemática em torno dos livros didáticos de História

2.1 - Livros didáticos e livros didáticos de História: um balanço das pesquisas realizadas no Brasil

As pesquisas que tem como objeto de estudo os livros didáticos de História vem crescendo gradativamente nas duas últimas décadas, mas ainda são mais numerosos os trabalhos não tão específicos e que tratam este objeto de forma mais ampla¹. Os trabalhos sobre o tema, livro didático de História, precisam ser inseridos no conjunto de pesquisas mais gerais e que tratam do livro didático, sua produção e circulação. Entretanto, de todas as disciplinas, a História é a que tem seus livros didáticos mais pesquisados. Esse aumento

¹ Podemos encontrar informações recentes sobre as produções a respeito dos livros didáticos de História em: MOREIRA, Kênia Hilda e SILVA, Marilda da. “Pesquisas Acadêmicas Realizadas entre 1980 e meados de 2005”. In: VII ENPEH: novos problemas e novas abordagens. SIMIAN, Lana Mara de Castro e RICCI, Cláudia Regina Fonseca Miguel Sapag (orgs). Belo Horizonte: FAE/UFGM, 2006.

Kênia Hilda Moreira é atualmente doutoranda pela UNESP de Araraquara e com orientação de Marilda da Silva em 2006, quando era mestranda também pela UNESP, fez um mapeamento das pesquisas acadêmicas sobre livros didáticos de História no Brasil de 1980 a 2005. Pesquisado em: <http://lattes.cnpq.br/0719411495759181> (acessado em outubro de 2008).

detectado nas pesquisas nacionais, de acordo com Bittencourt², é um reflexo do interesse de pesquisadores de vários países sobre a história dos livros e das edições didáticas. As mudanças ocorridas nos livros didáticos de História e na educação brasileira também têm provocado nos pesquisadores o interesse crítico pelos livros desta disciplina.

É necessário fazer um balanço das pesquisas envolvendo o livro didático de História que resulte numa revisão de abordagens, de posições e problemas, visando o aprofundamento da pesquisa e um fortalecimento deste campo. Precisamos conhecer o que já foi escrito sobre o tema para que não repitamos uma investigação e cheguemos às mesmas conclusões antes apresentadas. Fazer o levantamento das pesquisas sobre o livro didático de História não é uma tarefa simples, segundo Bittencourt, os pesquisadores estão espalhados pelo país, os núcleos de pesquisa sobre este objeto de estudo são relativamente instáveis e as publicações são diversas e estão dispersas. Balanços sobre trabalhos de pesquisa envolvendo uma única disciplina são raros, entretanto os estudos têm avançado desde as últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Kênia Hilda Moreira e Marilda da Silva levantaram a produção acadêmica, dissertações e teses, sobre o livro didático de História entre os anos

² Circe Maria Fernandes Bittencourt é um dos grandes nomes no Brasil em termos de pesquisas sobre o livro didático de História. Seu Doutorado em História Social, defendido em 1993, versa sobre “Livro Didático e Conhecimento Histórico: Uma História do Saber Escolar”. Fez um trabalho de grande valor para o conhecimento histórico participando da organização de um banco de dados dos livros didáticos brasileiros de 1810 a 2005, disponível na internet. Pesquisado em: <http://lates.cnpq.br/3448016715234781> (acessado em outubro de 2008).

de 1980 e meados de 2005 em todas as regiões do Brasil. De acordo com Moreira e Silva, podemos considerar um consenso entre os pesquisadores que fizeram um balanço sobre as pesquisas envolvendo este objeto de estudo, a conclusão de que estas pesquisas começaram no final da década de setenta e nos anos seguintes da década de oitenta.

Os estudos feitos na década de setenta se referiam principalmente à análise dos conteúdos históricos, também eram tratados nesta época temas relacionados ao campo da crítica ideológica. Mais recentemente podemos destacar as pesquisas com uma perspectiva epistemológica e sobre problemas pedagógicos nos livros didáticos. A preocupação com os conteúdos históricos deve-se, principalmente, à proximidade entre a História e seu papel na constituição da identidade nacional, uma vez que, durante muito tempo os manuais escolares foram aliados à política e ao Estado. Associa-se a esta preocupação a de que a disciplina tem um papel importante na construção de um ensino voltado para a erradicação de preconceitos.

A primeira pesquisa brasileira em trono dos livros didáticos foi realizada em 1957 por Alaíde Lisboa de Oliveira³. Sua obra foi intitulada “O

³ OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. *O Livro Didático*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1968. Alaíde Lisboa de Oliveira nasceu em Lambari/Minas Gerais, foi escritora, educadora, vereadora da Câmara de Belo Horizonte e professora emérita da UFMG. Mostrou forte atuação na educação brasileira e na política mineira. Escreveu livros que se tornaram clássicos da literatura infantil como *A bonequinha preta* e *O bonequinho doce*, obras que fizeram parte da educação de milhares de crianças. Alaíde também se destacou como pesquisadora de metodologias de ensino. Integrava a Academia Mineira de Letras, foi diretora do Colégio Aplicação da UFMG e vice-diretora da Faculdade de Educação (FAE) da mesma universidade, onde organizou o mestrado da área. Faleceu em 2006 aos 102 anos de idade.

Pesquisado em: <http://www.ufmg.br/online/arquivos/004615.shtml> (acessado em outubro de 2008) e <http://www.academiamineiradeletras.org.br/alaide.asp> (acessado em outubro de 2008)

Livro Didático” e tratava de questões como a organização e composição dos manuais escolares. De lá para cá outros autores atentaram para questões de grande relevância para o aprimoramento e a capacitação de professores no que diz respeito a metodologias de ensino. Entre eles podemos destacar Samuel Pfromm Netto⁴ (1974) que abordou em sua obra, “O Livro na Educação”, questões como a história dos livros didáticos no Brasil, a importância dos livros na educação e na cultura, como selecionar e utilizar os livros na sala de aula. Entretanto Pfromm Netto não analisa o livro didático de História em particular e sim livros de todas as ciências no ensino de primeiro grau.

Os autores João Batista Araújo Oliveira, Sônia Dantas Pinto Guimarães e Helena Maria Bousquet⁵ trataram, em 1984, dos livros didáticos e suas funções na educação pública brasileira, as políticas públicas para os livros didáticos, a produção desses materiais (pedagogia e custos), o mercado em torno dos livros didáticos e a participação do Estado.

⁴ PFROMM NETO, Samuel. *O Livro na Educação*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ MEC, 1974.

Samuel Pfromm Netto é graduado em Psicologia e doutorado em educação pela USP. Também é pós doutorado pela mesma Universidade na área da educação. Nasceu em Piracicaba/São Paulo, começou sua carreira como jornalista e professor normalista é psicólogo, pedagogo, escritor, historiador e professor aposentado do Instituto de Psicologia da USP. Pertence às Academias de Psicologia, Educação, História e também participa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Pesquisado em:

<http://www.lspn.com.br/apresentacao/index.php> (acessado em outubro de 2008)
<http://sistemas.usp.br/atena/atnCurriculoLattesMostrar?codpes=17367> (acessado em outubro de 2008)

⁵ OLIVEIRA, João Batista Araújo e GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto e BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus, 1984.

A autora Maria Laura Puglisi Barbosa Franco⁶ é considerada uma das referências nos estudos que tratam especificamente dos Livros didáticos de História. Um dos primeiros trabalhos sobre este tema no Brasil é de Franco e foi publicado em 1982⁷. Este trabalho tratou questões como o ensino de História no Brasil, o professor, as metodologias de ensino, os autores e as versões sobre o livro didático desta disciplina.

As autoras Kênia Hilda Moreira e Marilda da Silva,⁸ ao fazerem um balanço das pesquisas acadêmicas envolvendo o livro didático de História entre 1980 e meados de 2005, encontraram 38 trabalhos em todo o Brasil no período pré-determinado. Antes de relatarem sobre cada região e os respectivos trabalhos e núcleos de pesquisa no Brasil, as autoras reuniram nomes de autores que pesquisaram sobre o tema livros didáticos de História.

De acordo com Moreira e Silva, analisando as décadas de 70, 80 e 90 do século XIX, é possível perceber quais são as preocupações dos autores em relação ao tema livros didáticos de História e onde estão localizados os

⁶ Maria Laura Puglisi Franco é graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Sedes Sapientiae (FFCLSP), mestrada e doutorada pela Pontifícia Universidade Católica em Educação (Psicologia da Educação) e pós doutorada em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A sua obra “O Livro Didático de História no Brasil: a versão fabricada” é o resultado de sua tese de mestrado defendida em 1981. É pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, membro colaborador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e Docente Titular do Centro Universitário FIEO.

Pesquisado em: <http://lattes.cnpq.br/5517245105234381> (acessado em outubro de 2008)

⁷ FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. *O Livro Didático de História no Brasil: a versão fabricada*. São Paulo: Global, 1982.

⁸ MOREIRA, Kênia Hilda e SILVA, Marilda da. “Pesquisas Acadêmicas Realizadas entre 1980 e meados de 2005”. In: VII ENPEH: novos problemas e novas abordagens. SIMIAN, Lana Mara de Castro e RICCI, Cláudia Regina Fonseca Miguel Sapag (orgs). Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2006.

núcleos de pesquisa. Dos 38 trabalhos encontrados, 28 foram realizados por pesquisadores da região sudeste, 5 são da região sul do Brasil, 4 são da região nordeste, 1 é da região norte e nenhum trabalho realizado por pesquisador da região centro-oeste.

A concentração de trabalhos na região sudeste talvez possa ser explicada pelo fato dos cursos de ensino superior se concentrarem nesta região do Brasil. O estado de São Paulo concentra 19 dos 38 trabalhos e a maior parte destes trabalhos, sete trabalhos no total, está ligada à Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) e remetendo-nos a Maria Laura P. B. Franco, citada anteriormente como uma das referências no assunto, identificamos um dos primeiros trabalhos ligados a esta universidade. Outra autora que se destaca na região sudeste e que também é tomada como uma referência sobre o tema é Circe Maria Fernandes Bittencourt⁹, ligada a Universidade de São Paulo (USP). As autoras Zamboni e Hofling, ligadas à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também são citadas em trabalhos posteriores como referências sobre o tema no período.

⁹Ver nota 2.

Consultamos no decorrer deste trabalho as seguintes obras: BITTENCOURT, Circe M.Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) - FFLCH/Universidade de São Paulo.

_____. “Em foco: História e memória do livro didático”. In. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, set./dez. 2004.

_____. “Livros Didáticos de História: Balanço e perspectivas”. In: VII ENPEH: novos problemas e novas abordagens. SIMIAN, Lana Mara de Castro e RICCI, Cláudia Regina Fonseca Miguel Sapag (org). Belo Horizonte: FAE/UFGM, 2006.

Alguns nomes se destacam atualmente nas pesquisas sobre livros didáticos de História, autores como Kazumi Munakata¹⁰ (PUC/SP), Circe Maria Fernandes Bittencourt (USP), Ana Maria Monteiro (UFRJ) e Décio Gatti Jr. (UFU), entre outros, propõem um diálogo a nível nacional e internacional a respeito de livros didáticos de História. Estes autores fazem parte de um grupo de discussão, o GT 7 Livro Didático Produção e Uso dos Saberes Escolares, que nasceu em 2001 na cidade de Ouro Preto, no IV Seminário Perspectivas do Ensino de História. Discutem questões direcionadas especificamente aos livros didáticos e se destacam na cena nacional concentrando os principais pesquisadores de hoje sobre o tema no Brasil. O objetivo do grupo é dar continuidade e fortalecer este campo de pesquisa em torno do livro didático, enquanto objeto de estudo e fonte de pesquisa.

As pesquisas em torno dos livros didáticos e dos usos nas salas de aula tem aumentado significativamente, de acordo com Kazumi Munakata, e por essa razão os integrantes deste grupo pretendem discutir as várias abordagens periodicamente e fazer um balanço das pesquisas realizadas. A coordenadora do grupo é Circe Bittencourt e Kazumi Munakata assume, eventualmente, em alguns encontros essa responsabilidade.

¹⁰ Kazumi Munakata é graduado em Filosofia pela USP (1976), fez mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1982) e doutorado em História e Filosofia da Educação pela PUC/SP em 1997. Hoje Munakata atua como assistente doutor da PUC/SP e possui experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos temas de livro didático, história da educação, ensino de história e história das disciplinas escolares. Pesquisado em: <http://lattes.cnpq.br/4282293059093523> (acessado em outubro de 2008).

Podemos afirmar que os livros didáticos têm provocado o interesse cada vez maior de diversos pesquisadores do ensino de História. Novas abordagens têm surgido com novas possibilidades visando o fortalecimento desse campo de estudo e um amadurecimento dos pesquisadores e de seus trabalhos.

2.2 - Metodologias utilizadas em pesquisas com livros didáticos de História

É possível utilizar como objeto de pesquisa em História da educação os livros didáticos das disciplinas? Essa questão nos veio à tona quando iniciamos a pesquisa sobre os livros didáticos de História. Segundo Rosa Lydia Teixeira Corrêa¹¹, é necessário que consideremos dois aspectos fundamentais em pesquisas utilizando o livro didático como objeto de estudo: 1º - os livros didáticos são responsáveis pela formação do pensamento e de práticas educativas; 2º - são responsáveis também pela transmissão de valores e representações de um determinado período e sociedade.

¹¹ Rosa Lydia Teixeira Corrêa possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Pará, mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Atualmente é co-editora da Revista Diálogo Educacional e professora do Programa de Mestrado em Educação da PUC/Paraná. Pesquisado em: <http://lattes.cnpq.br/4068637625072604> (acessado em outubro de 2008).

Para Corrêa¹², a teoria da História e a historiografia da educação reformulam este projeto de construção e formação social. Neste ponto chegamos a uma importante constatação. Os livros didáticos mantêm um diálogo com a produção acadêmica? Podemos considerar, depois de uma análise de uma coleção de livros didáticos de História atual, que este contato está cada vez mais próximo e profícuo. No caso da coleção “Nova História Crítica” da Editora Nova Geração, escolhida em particular para análise neste trabalho de pesquisa, as citações estão presentes em todos os volumes, colocam os alunos em contato a produção historiográfica ao final de cada conteúdo e introduzindo um diálogo entre alunos e historiadores.

A disciplina histórica é dinâmica e como tal não pode ser engessada e entregue aos sujeitos escolares como um produto acabado, sem indagações, sem críticas e ou reconstruções. Entretanto, precisamos levar em conta que os livros didáticos, ao serem produzidos, já nascem com uma finalidade e um prazo de validade, como destacam alguns autores. São utilizados por um período determinado e tornam-se objetos descartáveis na maioria dos casos¹³. Destinados a um público determinado, superados com o passar do tempo e

¹² CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *O Livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação*. Caderno Cedes, vol 20, nº52: Campinas, 2000.

¹³ De acordo com o PNLD os livros didáticos são utilizados por três anos consecutivos. Após este tempo são substituídos por outros, escolhidos pelos professores depois de passarem por uma avaliação que os credenciam para a utilização em sala de aula. Essa idéia de reaproveitamento com tempo determinado tem sido praticada pelo programa dos livros didáticos para as escolas de ensino público nos últimos anos.

condenados ao esquecimento no fim das contas são questões que nos indicam a falta de consideração com a memória em termos gerais no Brasil.

Detentor da memória de uma sociedade e de práticas escolares, os livros didáticos devem sim ser tratados como objeto de estudo e como fonte de pesquisa. Entretanto, vemos que este elo entre escola e sociedade é colocado de lado, pouco estudado, tratado com preconceito e desqualificado por muitos críticos. O livro didático é visto, muitas vezes, por um prisma negativo e depreciativo, como um vilão que ao invés de somar para uma educação de qualidade, condena os sujeitos escolares a uma prática sem sentido.

Livros didáticos de História são fontes historiográficas e nos permitem delinear mudanças de padrões e comportamentos de uma sociedade. As pesquisas em História da educação que utilizam os livros didáticos como objeto de estudo contribuem para um avanço no entendimento da escola, das práticas dos sujeitos escolares, dos usos, das metodologias, entre outros.

Levando em conta todas estas questões e tendo plena convicção de que este trabalho não será em vão, desenvolveremos nesta pesquisa uma análise estrutural da Coleção “Nova História Crítica” colocando em contraste sua estrutura e o que se espera dela de acordo com o PNLD e estudiosos da área da Educação.

2.3 – Os livros didáticos e as políticas públicas

A educação precisa ser encarada, assim como estabelecido na Constituição Federal, como direito social do cidadão e por isso é dever do Estado possibilitar aos cidadãos uma educação de qualidade, gratuita e universal. Apesar de assistirmos freqüentemente o descumprimento da Constituição Federal, em se tratando do setor educacional, o governo tem criado medidas desde o início do século XX para ampliar, regulamentar e melhorar o seu atendimento.

Quando falamos de políticas públicas para o setor educacional não podemos esquecer-nos das medidas tomadas para regulamentar a produção, a distribuição e a utilização dos livros didáticos nas escolas públicas brasileiras. As políticas públicas direcionadas aos livros didáticos¹⁴ começaram a ser tratadas pelo governo brasileiro no início do século XX, quando em 1929 foi fundado o Instituto Nacional do Livro (INL), primeiro órgão específico criado

¹⁴ Os dados referentes às políticas públicas para o setor educacional em se tratando dos livros didáticos foram pesquisados e atualizados nos sites: <http://www.mec.gov.br>, <http://www.abrelivros.org.br> e <http://www.fnde.gov.br> (todos acessados em setembro de 2008).

Também foram consultados:

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. “Recomendações para uma política pública de livros didáticos.” Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental, 2001;

OLIVEIRA, João Batista Araújo e GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto e BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. “A política do livro didático.” São Paulo: Summus, 1984;

PFROMM NETTO, Samuel. “O livro na educação.” Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ MEC, 1974.

pelo Estado para legislar sobre as políticas públicas para os livros no país. O Instituto Nacional do Livro foi responsável naquele momento pela legitimação do livro e pela afirmação da leitura no Brasil¹⁵.

Quase dez anos depois, em 1938, o governo instituiu através do Decreto Lei nº1006, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que organizou, no país, uma política de legislação, controle da produção, importação e utilização dos manuais escolares. O intuito era assumir o controle sobre o que deveria ser ensinado nas escolas públicas brasileiras. A consolidação dessa legislação sobre as condições de importação, produção e distribuição dos livros didáticos só ocorreu em 1945, quando foi atribuída aos professores a tarefa de escolher quais os livros seriam utilizados em suas salas de aula. Esse contexto, vale lembrar, nos remete a um período de ditadura, onde o governo estava preocupado em manter o controle sobre toda a difusão de idéias contrárias a sua vontade.

Em 1966, a criação da Comissão do Livro Didático (COLTED) foi possibilitada em virtude do acordo entre o MEC e a United States Agency for International Development (USAID). A COLTED assumiu a coordenação das ações de produção, edição e distribuição dos livros didáticos. Com o acordo

¹⁵ Sobre este tema foi consultado o artigo “Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca” de Flávia Goullart Mota Garcia Rosa (Mestra em ciência da informação pelo PPGCI/UFBA e Professora da EBA/UFBA) e Nanci Oddone (Doutora em ciência da informação (UFRJ/Ibict) e Professora do PPGCI/UFBA).

MEC-USAID ficavam assegurados os recursos e verbas públicas necessárias para a continuidade do programa.

O momento seguinte, décadas de 70 e 80, foi marcado por instabilidades e mudanças paulatinas nos programas educacionais. Essas mudanças viriam para dar conta do aumento significativo do público atendido nas escolas do país e também do crescente e lucrativo mercado editorial de livros didáticos. Dessa forma os livros didáticos, seus conteúdos e os profissionais da educação encontravam-se num período de reformulações.

O ano de 1971 marca o fim do acordo MEC-USAID e as ações antes desenvolvidas pela COLTED foram assumidas pelo Instituto Nacional do Livro. A partir daí o INL passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Cinco anos mais tarde, em 1976, o INL é extinto e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) assumia então a coordenação do PLIDEF. O governo passou a comprar, através do Decreto nº77. 107, os manuais didáticos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e de contrapartidas dos estados. A FENAME foi substituída em 1983 pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e uma ampliação do PLIDEF se fez necessária.

Com a ampliação do PLIDEF a política do governo para os livros didáticos deu lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), através do Decreto nº 91.542, de 1985. O PNLD é um programa que visa oferecer

gratuitamente a alunos e professores de escolas públicas brasileiras de ensino fundamental livros didáticos de todas as disciplinas e dicionários de Língua Portuguesa. Estes itens do material escolar necessitam de aprovação do programa (PNLD) antes de sua utilização em sala de aula como recurso didático pedagógico no processo de ensino aprendizagem. Todos os estados brasileiros são atendidos pelo PNLD, com exceção de São Paulo que executa seu programa de forma descentralizada (PNLD/SP).

No início da década de noventa do século XX o programa do livro didático passou por escassez de verbas e a distribuição do material didático ficou comprometida. A partir de 1993 a distribuição conseguiu alcançar gradativamente as disciplinas de Matemática e Português em 1995, Ciências em 1996, História e Geografia em 1997. A extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) em 1997 e a transferência da política de execução do PNLD para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) possibilitaram a produção e a distribuição dos livros didáticos de forma contínua e massiva até os dias de hoje. Os estudantes do ensino fundamental passaram a receber livros didáticos de todas as disciplinas.

O início da primeira década do século XXI representou um crescimento no PNLD que, em 2001, começou a distribuição de dicionários de Língua Portuguesa para os alunos de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental e livros em braile para os alunos com deficiência visual. No ano seguinte, os alunos de 4ª

e 5ª séries começaram a receber coleções de literatura. No ano de 2003, dicionários de língua portuguesa foram disponibilizados aos alunos da 1ª, 7ª e 8ª séries.

Uma das últimas ações do MEC foi a criação do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), em 2004, uma complementação do PNLD que visa distribuir livros didáticos de todas as disciplinas para os alunos matriculados no ensino médio das escolas públicas brasileiras.

2.4 - O Programa Nacional do Livro Didático ou PNLD

Para compreendermos a atual política de produção, avaliação e distribuição dos livros didáticos no país é necessário que conheçamos os métodos do PNLD¹⁶. O procedimento para participação no Programa Nacional do Livro Didático começa com o lançamento de um edital de convocação das editoras que participam do mercado editorial de livros didáticos. Após a inscrição das editoras e de seus produtos, ocorre uma primeira avaliação ou triagem destes, quando são levados em conta os aspectos físicos e editoriais dos livros.

¹⁶ A pesquisa sobre o PNLD foi realizada no site do MEC (www.mec.gov.br acesso em setembro de 2008).

O Ministério da Educação (MEC) possui uma secretaria especial responsável pela coordenação do “processo de avaliação pedagógica sistemática” dos livros didáticos inscritos no PNLD. A partir de 1996, a Secretaria de Educação Básica (SEB) passou a trabalhar na coordenação da avaliação dos livros didáticos das áreas de alfabetização, Ciências, Língua Portuguesa, História, Geografia e Matemática. De três em três anos algumas universidades brasileiras¹⁷ são incumbidas do processo de avaliação dos livros didáticos que serão disponibilizados para as escolas públicas no período seguinte.

Após a avaliação, os livros didáticos aprovados pelo PNLD são indexados no Guia dos Livros Didáticos¹⁸ do MEC que será distribuído para todas as escolas públicas do país de ensino fundamental. No guia, os livros aprovados são apresentados em forma de resenhas e fichas de avaliação, estes poderão ser escolhidos pelos professores como material didático pedagógico.

Com o Guia dos Livros Didáticos nas mãos, as escolas e seus professores fazem as escolhas e encaminham para o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). O FNDE faz um comunicado às editoras que tiveram seus livros escolhidos pelos professores, iniciando uma negociação que após ser concluída dá início a produção dos livros didáticos. A

¹⁷ No site do MEC, www.mec.gov.br, no ícone educação básica é possível conhecer quais universidades estiveram envolvidas nas avaliações desde seu início até o ano de 2007, que se ateu aos livros didáticos das séries de 5ª a 8ª do ensino fundamental e que começaram sua distribuição em 2008 e irão até 2010.

¹⁸ É possível encontrar também os Guias dos Livros no Site do MEC: www.mec.gov.br/seb (clicar no ícone “Livro Didático e Política de Leitura”)

última etapa do PNLD consiste na distribuição dos livros didáticos para todas as escolas públicas de ensino fundamental.

Com relação ao mercado dos livros didáticos devemos levar em conta que este movimentou valores na casa dos milhões, mas o governo não tem deixado de dar atenção às fraudes e a corrupção. Os livros didáticos estão entre os produtos mais vendidos pelas editoras, superando em grande parte os best-sellers comercializados. Para darmos um exemplo tomemos a coleção de História mais escolhida pelos professores para os alunos de 5ª a 8ª séries no PNLD 2008. Sua distribuição começou no início de 2008 e alcançará 5,7 milhões de exemplares distribuídos em todo o país, enquanto a famosa coleção da escritora britânica J.K. Rowling, “Harry Potter”, chegou até agora à casa dos 2,5 milhões de exemplares vendidos. De acordo com o MEC, 16 editoras disputam o mercado dos livros didáticos no Brasil, sendo que quatro delas se destacam nas negociações e nas vendas, são elas: Moderna, FTD, Ática e Saraiva.

Para conseguir participar desse mercado algumas editoras trabalham formas de conquistar as escolas, seus diretores e professores. Algumas denúncias de que professores estavam recebendo brindes das editoras através de visitas às escolas públicas, de que editoras selecionavam o material didático no lugar dos professores e que outras disponibilizavam um guia semelhante ao do PNLD onde excluía as concorrentes e mostravam apenas seus livros,

chegaram ao MEC. O governo agiu com atenção e disciplinou essas práticas através de uma portaria publicada em abril de 2007 que estabelece um código de conduta das editoras.

Concluindo nossa exposição ressaltamos algumas mudanças significativas sentidas após a criação do PNLD. Uma delas é a participação mais efetiva dos professores, de acordo com alguns críticos essa é uma falsa ilusão e não representa um sinal de autonomia. Num segundo momento consideremos a ampliação do atendimento aos alunos de todas as séries do ensino fundamental e o atendimento a um número cada vez maior de estudantes das escolas públicas. Terceiro ponto é a reutilização dos livros didáticos por alunos dos anos subseqüentes, ou seja, durante três anos o material didático será utilizado e reutilizado, isto foi possível graças ao aperfeiçoamento das especificações técnicas e a criação de bancos de livros didáticos.

Hoje em dia quando falamos de políticas públicas para os livros didáticos nos remetemos imediatamente ao PNLD. A temática em torno do programa dos livros didáticos tem sido bastante trabalhada por pesquisadores brasileiros, que procuraram traçar um paralelo entre o antes e o depois do programa destacando os ganhos e as melhorias ainda necessárias. O governo atua como mediador entre o mercado editorial e as escolas públicas, trabalhando para solidificar e aperfeiçoar o atendimento ao setor educacional.

3 - CAPÍTULO II

Apresentação da problemática

3.1 - A Coleção “Nova História Crítica”

“Nova História Crítica” é uma coleção de livros didáticos de História publicados pela Editora Nova Geração desde 1998¹⁹ e de autoria do professor Mario Furley Schmidt. Composta por quatro volumes destinados aos alunos e acompanhados cada um pelo guia do professor, a coleção atende as quatro últimas séries do ensino fundamental, ou seja, 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries (6^o. ao 9^o. ano).

Com uma estrutura, apresentação e análise histórica considerada diferente, a coleção alcançou o posto de mais adquirida pelo MEC nesta área, desde 1999 até o ano de 2008, quando foi retirada do Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD). Desde o início de sua inclusão no PNLD já foram

¹⁹ Neste trabalho foram analisados exemplares das edições de 2001, 2005, 2006 e 2007.

distribuídos para todas as regiões do país, cerca de 10 milhões de exemplares da “Nova História Crítica”²⁰.

Os quatro volumes apresentam, de acordo com o que relata Schmidt na apresentação de cada volume, uma análise histórica oposta à visão tradicional condenada pelo autor, que ao longo dos livros, defende uma posição mais crítica em relação aos processos históricos.

De acordo com Schmidt, os processos históricos apresentados nos manuais escolares precisam resultar no debate em sala de aula e no questionamento das questões referentes à atualidade. Neste ponto destacamos a relação entre presente e passado, questão bastante arraigada à Escola dos Annales²¹, que reconhecia a ligação indissolúvel entre o passado e o presente no conhecimento histórico.

O fato de ser uma coleção de livros didáticos com a autoria de uma única pessoa não exclui o envolvimento e a responsabilidade de diversas outras no seu projeto de construção ou produção. Com a coleção de Mário Schmidt não foi diferente e sua elaboração envolveu diversas pessoas. Os editores responsáveis pelo projeto da “Nova História Crítica” são Domingo Alzugaray e Arnaldo Saraiva. O projeto editorial e gráfico ficou a cargo da

²⁰ Os dados apresentados aqui foram pesquisados nos sites: www.mec.gov.br e www.abrelivros.gov.br (acesso em outubro de 2008); www.estadao.com.br/estadaodehoje/20070920/not_imp54776,0.php (acesso em 19/09/2008); <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=25285> (acesso em 19/09/2008)

²¹ A Escola dos Annales foi uma corrente historiográfica que propunha uma série de transformações na concepção histórica, novas abordagens, novos problemas e novos objetos. Seus principais nomes são Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernad Braudel.

equipe da editora Nova Geração. A direção de arte, a cartografia e as ilustrações dos conteúdos são de Flávio Nigro. A direção de edição é de responsabilidade de Gabriela Rodella. Osvaldo Sequetin é o criador das capas dos volumes da coleção e Fernando Brum assinou as charges que ilustram alguns conteúdos. Os responsáveis pela reconstituição histórica são Osvaldo Sequetin e Jô Fevereiro. Os textos dos livros de Mário Schmidt são preparados antes da impressão por Carmen Garcez. Por fim, a impressão e o acabamento são da editora Três Ltda.

Antes das publicações, os volumes foram revisados por Mitsue Morissawa, sendo que nos volumes da 5ª série ele foi acompanhado por Marília Rodella e no da 7ª série por Vergínia Rodrigues. A pesquisa iconográfica envolveu toda a equipe da Nova Geração, composta por Alice Steibruck, Eduardo da Conceição Cruz, Flávio Nigro, Gabriela Rodella e pelo autor da coleção, Mário Schmidt. Como podemos ver a produção do livro didático não é de responsabilidade apenas do autor e os méritos assim como as críticas devem ser direcionados a todos os que participaram de sua construção em seus diversos aspectos.

Os quatro volumes são apresentados na forma de brochura e a impressão é colorida. Com relação ao número de páginas os dois primeiros volumes da coleção destinados à 5ª e 6ª séries²², possuem uma média de 272

²² Devemos ressaltar que no Estado de Minas Gerais o ensino fundamental abrange nove anos, ou seja, a 5ª série se refere ao sexto ano, a 6ª série ao sétimo ano, a 7ª série ao oitavo ano e a 8ª série ao nono ano.

páginas, o da 7ª, cerca de 320 páginas e o da 8ª série, 343 páginas em média. Em relação aos capítulos, os quatro volumes têm uma média de 19 capítulos. Os livros de Mário Schmidt são muito coloridos e repletos de ilustrações, fotos, charges, mapas, pinturas, assemelhando-se as revistas.

Antes do início dos capítulos de cada volume da coleção “Nova História Crítica” o autor expõe um modo de usar o livro, em um texto onde Schmidt conversa com o leitor indicando como o estudo deverá ser realizado de modo a se tornar mais proveitoso. Os volumes destinados à 6ª, 7ª e 8ª séries trazem uma introdução que remete os alunos aos conteúdos já estudados no ano anterior, preparando-os com uma revisão para o início do volume destinado ao ano letivo vigente.

A coleção de Schmidt está envolvida em uma polêmica, descoberta por nós durante a pesquisa, iniciada em setembro de 2007. Os livros didáticos da “Nova História Crítica” foram desqualificados por alguns críticos que desaprovam sua adoção nas escolas públicas brasileiras. A discussão rendeu inúmeros debates entre profissionais da área da educação e também de intelectuais brasileiros. Alguns se colocam a favor da obra de Schmidt e defendem o uso da coleção. À frente apresentaremos a polêmica em pormenores.

3.2 - Aspectos Estruturais da Coleção “Nova História Crítica”

A análise desenvolvida na pesquisa aqui apresentada refere-se aos aspectos estruturais da coleção de livros didáticos e não aos conceitos históricos ou ao posicionamento ideológico do autor. Essa decisão foi tomada no decorrer da pesquisa quando, após várias leituras, identificamos a inexistência de uma análise desse tipo e que, em grande medida, seria útil para compreendermos até que ponto uma coleção de larga distribuição e de uso em todo o país se faz de forma indiscriminada e sem o questionamento de suas estruturas, também importantes para a compreensão dos conteúdos e para um melhor aproveitamento desse recurso didático.

É uma característica das pesquisas desenvolvidas atualmente a análise dos conteúdos dos livros de História, balanços das investigações sobre os livros didáticos de História e suas abordagens. Dessa forma não encontramos nenhum trabalho preocupado com as estruturas de uma determinada coleção de livros didáticos de História e isso nos motivou ainda mais neste trabalho de pesquisa.

Desde as primeiras obras que tomaram os livros didáticos como objeto de estudo, existe a preocupação em determinar as categorias para uma análise proveitosa destes materiais, de modo a qualificá-los para a utilização em sala

de aula²³. As categorias utilizadas para sua análise são: as qualidades gráficas dos livros, a função das ilustrações e sua utilização, os interesses dos alunos em choque com o conteúdo apresentado, a adequação do livro aos objetivos da escola, a apresentação do manual do professor, a adequação do material ao público específico, a bibliografia utilizada para a elaboração do material e informações sobre a autoria dos livros didáticos. Questões que giram em torno da legibilidade e inteligibilidade do material. Toma-se aqui enquanto legibilidade a qualidade do que está impresso e se mostra de fácil compreensão. E inteligibilidade aquilo que é inteligível, ou seja, compreendido dentro de sua complexidade.

Os livros didáticos são responsáveis pelo desenvolvimento das habilidades de leitura, de pesquisa, de entendimento dos acontecimentos do passado, do presente e também pelo crescimento individual²⁴. A eficiência e a utilização adequada dos materiais didáticos aqui analisados podem afetar no desenvolvimento das habilidades já mencionadas. O livro didático deve ser encarado como instrumento de apoio utilizado para consultas que orientem as experiências vividas e que promovam debates estimulando o pensamento autônomo.

²³ Autores como Alaíde Lisboa de Oliveira em: OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. *O Livro Didático*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1968 e Pfromm Netto em: PFROMM NETO, Samuel. *O Livro na Educação*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ MEC, 1974 trataram da questão da adequação dos manuais didáticos.

²⁴ De acordo com a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), artigo 32, “o objetivo do ensino fundamental é a formação básica do cidadão e que este desenvolva sua capacidade de aprender, suas habilidades e forme atitudes e valores de tolerância e solidariedade”.

As características da obra de Schmidt nos indicam uma nova forma de apresentação dos livros didáticos nas últimas décadas do século XX. Mário Schmidt demonstra em seus livros ter uma afinidade em relação ao marxismo, entretanto também nos mostra uma simpatia com as revoluções burguesas, os filósofos de idéias liberais como John Locke e Adam Smith e iluministas como Rousseau e Voltaire, ligados ao capitalismo. De acordo com Schmidt²⁵ a ideologia do livro é a de Kant, e esta implica que os indivíduos se habilitem a pensar por si próprios.

As estruturas dos livros didáticos são pré-estabelecidas pelo governo através do MEC e da Secretaria responsável pelo material didático. Estes orientam os autores e as editoras sobre as condições para participação no PNLD. Depois de aprovados os livros são colocados em um guia onde poderão ser escolhidos por professores de todo o país.

Todos os volumes da coleção de Schmidt, inclusive os exemplares destinados aos professores, possuem um texto de apresentação que ocupa as primeiras páginas dos livros. Essa apresentação é intitulada “Modo de Usar Este Livro” e nela o autor dialoga diretamente com o aluno, expondo informações sobre a coleção e como o aluno deverá realizar seus estudos com base no livro.

Com exceção do primeiro volume, destinado a 5ª série, os outros três referentes às 6ª, 7ª e 8ª séries trazem em sua introdução um resumo do que foi

²⁵ Esta questão é tratada por Schmidt na apresentação de todos os volumes da coleção.

estudado no ano anterior, ou seja, uma revisão dos conteúdos já estudados e que serão necessários para dar prosseguimento aos estudos. Dessa forma, no volume da 5ª série, quando a disciplina é inserida no contexto escolar, a introdução deu lugar ao primeiro capítulo que aborda o tema “O que é História”, qual sua importância para nossas vidas e como é o ofício do historiador.

Cada volume da coleção “Nova História Crítica” foi pensado e produzido levando em conta o público que irá atender, ou seja, alunos de 5ª a 8ª séries, 6º. ao 9º. ano de ensino em Minas Gerais, do ensino fundamental, com idades em média de 10 a 14 anos. Neste ponto identificamos um dos critérios utilizados na seleção do material didático, este diz respeito à sua adequação ao público a que se destina. A fase da adolescência marca o período da vida escolar dos alunos onde estão descobrindo o mundo, as ciências e alimentando sua bagagem intelectual, momento de obter por meio da escola os conteúdos básicos necessários para uma vida em sociedade²⁶.

A estrutura em torno da linguagem textual e ilustrativa utilizada nos volumes da coleção “Nova História Crítica” é adequada aos alunos atendidos, ou seja, o vocabulário muitas vezes, procura se aproximar ao dos adolescentes, alunos de 10 a 14 anos. Este fato tem levado a coleção a ser alvo de muitas críticas que desqualificam a obra de Schmidt por essa postura. Após uma

²⁶ O artigo 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação orienta que os “conteúdos curriculares da educação básica devem pretender a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, respeito ao bem comum e à democracia”. Também observa que os conteúdos devem ser adaptados levando em conta o contexto da escola e da comunidade a que atende.

análise de todos os volumes da coleção constatamos que, no que diz respeito à linguagem textual e à linguagem ilustrativa, o livro procura se adequar aos alunos das séries de 5^a a 8^a, fornecendo informações importantes para seu desenvolvimento.

No caso da legibilidade podemos ressaltar que os livros possuem letras legíveis e de tamanho adequado, a impressão é de boa qualidade e o papel empregado também favorece o aprendizado. A apresentação dos livros é atraente, as cores e as ilustrações se encarregam de provocar nos alunos um estímulo à leitura das imagens e também dos textos.

No que diz respeito às ilustrações temos que levar em conta que seu objetivo é oferecer ao texto o realismo necessário de modo a informar visualmente e desenvolver a imaginação. Não podem estar dispersas, mas, antes disso, se integrar ao texto auxiliando em sua compreensão. Nos livros de Schmidt observamos que existe um excesso de informações e encabeçadas pelas ilustrações, que de alguma forma cansam a leitura e desviam a atenção dos leitores. Estes recursos que deviam facilitar o aprendizado, passam despercebidos pelos alunos ou chamam mais atenção do que deveriam, fazendo com que eles não apreendam nem ao menos um conceito básico sobre o conteúdo estudado.

Os conteúdos não economizam informações, intercalando ilustrações e textos. Os conceitos são tratados ao longo do texto ou em quadros coloridos,

distribuídos por entre os conteúdos. Os termos que expressam conceitos são grifados no decorrer dos textos. Essa característica nos indica que não existe um glossário, uma vez que, os conceitos são tratados ao longo dos capítulos.

A inteligibilidade é entendida como sendo a adoção de uma linguagem acessível, coerente e compreensível. Devemos levar em conta que cada aluno é único e, portanto não podemos pensar que o livro didático irá atender as necessidades de todos da mesma forma, este será utilizado e apreendido de modo particular por cada aluno.

Em relação às atividades ressaltamos a quantidade pequena de exercícios no decorrer dos capítulos, entretanto analisando aquelas atividades propostas vemos que trabalham a crítica e o debate entre os alunos. Sendo que um dos objetivos das atividades nos livros didáticos é desenvolver a capacidade crítica e analítica, resultando na construção do conhecimento.

As atividades se apresentam em três momentos ao longo dos capítulos. Em primeiro lugar um bloco de exercícios é disposto na seqüência do texto complementar, objetivando trabalhar com os alunos a capacidade de interpretação textual. Em um segundo momento, são colocados os exercícios de revisão, que irão tratar de tudo o que foi estudado ao longo daquele capítulo, trabalhando a compreensão, a análise do texto e o trabalho de síntese. Por último estão os exercícios referentes às “Reflexões Críticas” que dizem respeito à formação de uma opinião crítica por parte dos alunos, que são

chamados a expor o modo como compreenderam os processos históricos e como se situam na História.

Um dos pontos que mais nos chamaram atenção diz respeito às citações apresentadas sempre ao final de cada capítulo, em um tópico intitulado “texto complementar”. Estas citações trazem trechos de obras de historiadores de renome e colocam os alunos em contato com o trabalho e a linguagem dos profissionais da História. Os alunos são chamados a uma reflexão, um momento importante para compreenderem a História em sua essência.

No final de cada volume da coleção encontramos os créditos das ilustrações que se apresentam ao longo dos capítulos, em sua maioria obras de arte, fotos, mapas, charges, documentos históricos enfim, ilustrações com autoria. Uma lacuna foi sentida por nós nos livros de Mário Schmidt e se refere a indicação de uma bibliografia. Ao longo dos quatro volumes da coleção não encontramos quaisquer referências bibliográficas e nem uma bibliografia de referência ao final de cada volume. A indicação de uma bibliografia também é um ponto a ser analisado pelos professores no momento da escolha do material didático que será utilizado em sala e é importante para ampliação dos horizontes dos sujeitos escolares.

Precisamos ressaltar também a ausência de dados sobre autor ou sobre sua trajetória ao longo dos volumes da coleção “Nova História Crítica”, o que o afasta de seus leitores. Esse é um dos critérios na avaliação dos livros

didáticos, ou seja, informações a respeito de sua experiência, sua formação, etc.

Para finalizar a análise da “Nova História Crítica”, com o objetivo de conhecer a coleção aqui analisada, buscamos informações sobre o autor e não obtivemos êxito. A formação acadêmica de Mário Furley Schmidt é desconhecida. De acordo com uma reportagem publicada no site da revista Época em 05/10/2007²⁷, as pessoas mais próximas a Schmidt desconhecem quando e onde ele se formou. Maurício Duarte, amigo de Schmidt, disse nessa reportagem, que ele se formou em Filosofia na Alemanha Oriental, entretanto seu diploma não foi reconhecido no Brasil. Arnaldo Saraiva, editor da Nova Geração, se recusou a responder a pergunta feita naquela data pela revista Época e o próprio Schmidt não respondeu a esta questão, não mais sendo visto nos locais onde freqüentava antes da polêmica explodir na mídia. Até o ano de 2007 não era exigida uma formação superior para que um autor pudesse participar do PNLD, a partir de 2008 essa regra mudou, de acordo com a revista Época, o autor Mário Furley Schmidt conseguiu uma liminar para participar do programa, entretanto ela foi cassada e ele ficou fora do programa em 2008.

²⁷A reportagem refere-se ao desaparecimento do autor logo após o surgimento da polêmica em torno de seus livros didáticos. O site é: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG79463-6014-490,00-O+MISTERIO+DO+PROFESSOR+SCHIMIDT.html> (acessado em outubro de 2008)

3.3 - A polêmica envolvendo os livros didáticos da coleção

“Nova História Crítica”

A polêmica em torno dos livros didáticos de Mário Schmidt foi iniciada pelo jornalista Ali Kamel, atual diretor executivo da Rede Globo de Televisão, que em uma matéria publicada no jornal O Globo em 18 de setembro de 2007, fez duras críticas ao conteúdo do 4º volume da coleção de Mário Schmidt, destinado à oitava série do ensino fundamental. De acordo com Kamel, o livro didático chegou até suas mãos através de um psicanalista que o leu e lhe repassou. A matéria jornalística publicada no jornal O Globo em 18 de setembro de 2007 foi intitulada “O que ensinam às nossas crianças”²⁸. Ali

Kamel introduz:

“Não vou importunar o leitor com teorias sobre Gramsci, hegemonia, nada disso. Ao fim da leitura, tenho certeza de que todos vão entender o que se está fazendo com as nossas crianças e com que objetivo. O psicanalista Francisco Daudt me fez chegar às mãos o livro didático "Nova História Crítica, 8ª série" distribuído gratuitamente pelo MEC a 750 mil alunos da rede pública. O que ele leu ali é de dar medo. Apenas uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo, que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários. Impossível contar tudo o que há no livro. Por isso, cito apenas alguns trechos.”

²⁸ A matéria citada foi reproduzida e consultada no site: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20070920/not_imp54776,0.php (acesso em 19/09/2008)

O jornalista cita vários trechos da obra didática destinada à oitava série do ensino fundamental, onde segundo ele encontram-se afirmações incorretas.

“De que forma nossas crianças poderão saber que Mao foi um assassino frio de multidões? Que a Revolução Cultural foi uma das maiores insanidades que o mundo presenciou, levando à morte de milhões? Que Cuba é responsável pelos seus fracassos e que o paredão levou à morte, em julgamentos sumários, não torturadores, mas milhares de oponentes do novo regime? E que a URSS não desabou por sentimentos de inveja, mas porque o socialismo real, uma ditadura que esmaga o indivíduo, provou-se não um sonho, mas um pesadelo?”

O jornalista conclui sua argumentação dizendo:

“Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Senão for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém.”

Os jornais “Folha de São Paulo” e “O Estadão” se posicionaram a favor das idéias defendidas por Kamel e pela Rede Globo. A “Folha de São Paulo” publicou em 19 de setembro de 2007, um dia depois da matéria de Kamel, seu posicionamento em relação à obra de Schmidt:

“Com uma leitura esquerdista quase maniqueísta e erros de português, o livro condena o capitalismo por visar 'o lucro' e enaltece a 'teoria marxista-leninista', que buscaria o 'bem-estar social'. Elogia a Revolução Cultural chinesa, sem se referir aos assassinatos e abusos da disputa pelo poder no Partido Comunista Chinês”²⁹.

²⁹ Pesquisado no site: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=25285> (acesso em 19/09/2008)

O jornal “O Estadão” foi mais agressivo e dois dias depois da polêmica lançada por Ali Kamel se posicionou também a favor do jornalista global e indiscutivelmente contra a obra de Schmidt:

“O governo gastou R\$ 12 milhões com uma obra que, pela quantidade de imbecilidades e grosseiras falsificações da história que contém, jamais deveria ter entrado numa sala de aula”³⁰.

Alguns críticos concordaram com Ali Kamel, entretanto, outros fizeram apontamentos que colocam o jornalista, a Rede Globo de Televisão e outras mídias como sujeitos ditadores, que possuem uma visão de mundo e querem impô-la à sociedade³¹.

Oswaldo Lemos, Diretor de Relações Internacionais da UBES, comentou, em 20 de setembro de 2007, a matéria de Kamel e se posicionou a favor da coleção “Nova História Crítica”. De acordo com Lemos:

“A diversidade de opiniões deve ser respeitada. A mídia não pode exercer este papel desastrado de censor. Isso nós já superamos, derrotamos, com o enterro da ditadura. A grande imprensa quer impor à população apenas a sua visão de mundo. Isso é um absurdo”.³²

³⁰ Idem.

³¹ De acordo com alguns críticos a obra de Schmidt faz duros apontamentos à política da Rede Globo e isso poderia ter motivado uma campanha contra a coleção “Nova História Crítica”.

³² Matéria pesquisada no site: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=25346> (acesso em 19/09/2008)

O autor da coleção “Nova História Crítica” e a Editora Nova Geração publicaram uma resposta às críticas de Ali Kamel um dia depois da matéria publicada no jornal O Globo.

“Nova História Crítica da Editora Nova Geração não é o único nem o primeiro livro didático brasileiro que questiona a permanência de estruturas injustas e que enfoca os conflitos sociais em nossa história. Entretanto, é com orgulho que constatamos que nenhuma outra obra havia provocado reação tão direta e tão agressiva de uma das maiores empresas privadas de comunicação do país”.³³

O autor fala em visões políticas diferentes ou posicionamentos políticos divergentes e que não é aceitável a censura e o fim das liberdades individuais “em nome da defesa da liberdade individual”. Para Schmidt, os indivíduos devem pensar por contra própria, desenvolvendo sua capacidade crítica e não permitindo ser guiados por uma visão de mundo particular. O jornalista Ali Kamel citou apenas alguns trechos do quarto volume da coleção e publicou-os isoladamente. Sobre isso Schmidt ressaltou:

“Selecionar trechos e isolá-los do contexto talvez fosse técnica de manipulação ultrapassada, restrita aos tempos das edições dos debates presidenciais na tevê. Mas o artigo do sr. Ali Kamel parece reavivar esse procedimento”.

Schmidt termina sua argumentação da seguinte forma:

³³ A resposta de Schmidt e da editora Nova Geração foi publicada em: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=25279> (acesso em 19/09/2008)

“O sr. Ali Kamel tem o direito de não gostar de certos livros didáticos. Mas por que ele julga que sua capacidade de escolha deveria prevalecer sobre a de dezenas de milhares de professores? Seria ele mais capacitado para reconhecer obras didáticas de valor? E, se os milhares de professores que fazem a escolha, escolhem errado (conforme os critérios do sr. Ali Kamel), o que o MEC deveria fazer com esses professores? Demiti-los? Obrigá-los a adotar os livros preferidos pelas Organizações Globo? Internar os professores da rede pública em Gulags, campos de reeducação ideológica forçada para professores com simpatia pela esquerda política? Ou agir como em 1964?”

É preciso ressaltar que os livros didáticos de todas as disciplinas adotados pelo MEC são avaliados, a cada três anos, por profissionais especializados escolhidos pelas universidades federais brasileiras a partir de critérios da pasta. Após a avaliação, o MEC distribui um catálogo contendo resenhas dos livros didáticos aprovados e que poderão ser adotados pelas escolas públicas. Sem interferências do MEC, as escolas e seus professores escolhem as obras didáticas que desejarem adotar por três anos seguidos.

Nas avaliações de 2002 e de 2005 do PNDL, Programa Nacional do Livro Didático, a obra de Mário Schmidt foi aprovada com ressalvas. Em 2005, o Guia do Livro Didático do MEC apontava aos professores que “os recursos usados para facilitar a apresentação de sínteses explicativas resvalam no maniqueísmo e em uma visão muito simplificada dos processos e contradições sociais”, entretanto, seus recursos possuem “grande potencial pedagógico” a ser utilizado pelo professor.

CONCLUSÃO

São considerados, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), como materiais didáticos “todos aqueles materiais que no acesso ao conhecimento tem a função de mediadores na comunicação entre professor e alunos”. Cabe ao professor, em seu labor diário, saber o que pretende ensinar, diagnosticar o que os alunos sabem e pensam sobre os temas das aulas, definindo os objetivos, escolhendo as atividades pedagógicas, o material didático adequado e avaliando os resultados de todo o processo de ensino aprendizagem.

Ao material didático deve ser atribuído o caráter de instrumento de trabalho em sala de aula e este precisa ter como objetivos informar, despertar interesses, provocar reflexão, organizar e sistematizar as informações, introduzir problemáticas entre outros.

Entretanto, a situação atual da educação pública brasileira reflete diversos problemas e deposita nos professores, muitas vezes, uma responsabilidade muito pesada. O excesso de trabalho e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação, no dia a dia, impedem, muitas vezes, que novas alternativas sejam adotadas em sala de aula e o livro didático

é tomado como único recurso para muitos professores. A adoção de um único material didático e a reprodução de conhecimentos e métodos por ele pré-fixados transfere para o autor(s), e para os responsáveis pela editoração, a definição dos objetivos, das abordagens, dos conteúdos e dos métodos utilizados em sala de aula.

Os livros didáticos são largamente utilizados no ensino público brasileiro. São concebidos de modo a atender expectativas e concretizar modelos, entretanto são tão combatidos quanto defendidos pelos profissionais da educação. Representam para o governo uma desejada qualidade do ensino, para os professores um roteiro para sua prática diária, para as editoras um sinal de negócio lucrativo e para muitos alunos um objeto sem sentido.

Chegamos à conclusão que a adoção em larga escala de determinado livro didático não garante sua boa qualidade. O fato da coleção “Nova História Crítica” ter sido escolhida por milhares de professores e ter passado por avaliações de profissionais gabaritados não significa que o livro está livre de desacertos ou limitações e que merecem estudos e pesquisas.

Muitos pesquisadores e estudiosos da educação se empenharam em definir categorias de avaliação de livros didáticos e auxiliar os profissionais da educação no momento da escolha dos livros que serão por eles utilizados, entretanto concluímos que a obra de Schmidt apresenta limitações estruturais que podem prejudicar o aprendizado.

Estudos que tem como objeto de pesquisa o livro didático em uma forma mais ampla e aqueles com direcionamento para determinada disciplina tem crescido nas últimas décadas e o envolvimento de professores nesse trabalho resultaria no desejado aperfeiçoamento do trabalho docente. A pesquisa deve ser encarada como um princípio educativo, como possibilidade de ligar a escola à academia objetivando o melhor aproveitamento dos alunos.

Precisamos difundir a idéia de que as questões referentes ao ensino fundamental não fiquem restritas à academia. Os profissionais da educação e toda comunidade educacional deve ter consciência de seu papel determinante para uma sociedade mais justa e com acesso a escola. Os livros didáticos não podem ser mais encarados apenas como transmissores de conhecimento, mas instrumentos que façam os alunos perceberem como o conhecimento é elaborado e se posicionarem criticamente em relação aos seus conteúdos e as versões possíveis.

A escola é um lugar de vivências diversas que precisam se encaradas como especiais e não de forma generalizada. Tendo essa afirmação como regra é presumível que os métodos, os recursos e os materiais didáticos devem ser também diversificados e que para isso é preciso colocar em prática as novas alternativas e novas abordagens. Cabe ao professor se informar e estudar sobre essas novas possibilidades de ensino recriando sempre seu trabalho diário

frente às diversidades e particularidades dos indivíduos, não depositando no material didático a sua responsabilidade educacional e social.

É necessário que os profissionais da educação tomem mão das variadas alternativas de ensino e construam outras para tornar o ensino mais proveitoso para professores e alunos. Para tal empreitada acreditamos ser importante a formação inicial aplicada ao ensino e também a formação continuada dos professores, objetivando o aperfeiçoamento do trabalho em sala de aula.

A coleção “Nova História Crítica”, utilizada até o ano de 2007 em grande parte das escolas brasileiras, possui muitos problemas e também alguns ganhos estruturais por nós identificados, entretanto assim como outras coleções não deve ser o único material utilizado em sala de aula.

Concluimos que o livro é muito importante para o saber escolar, mas é o seu uso que faz a grande diferença. Pesquisar os livros didáticos de História e analisar a Coleção “Nova História Crítica” de Mário Furley Schmidt possibilitou-nos a experiência da prática de pesquisa na área do ensino de História e a certa convicção de que os livros didáticos não são descartáveis, eles têm seu tempo de uso dentro das salas de aula e são, para os estudiosos da História, grande fonte de pesquisa sobre uma sociedade e seus anseios.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental, 2001.

BITTENCOURT, Circe M.Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) - FFLCH/Universidade de São Paulo.

_____. “Em foco: História e memória do livro didático”. In. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, set./dez. 2004.

_____. “Livros Didáticos de História: Balanço e perspectivas”. In: VII ENPEH: novos problemas e novas abordagens/ Lana Mara de Castro Siman; Cláudia Regina Fonseca Miguel Sapag Ricci (org). Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2006.

BONAZZI, Marisa e ECO, Humberto. *Mentiras que parecem verdade*. São Paulo: Summus, 1980.

CORRÊA, Rosa Lydía Teixeira. “O Livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação.” *Caderno Cedes*, vol 20, nº52: Campinas, 2000.

COSTA, Ângela Maria Soares da. *Prática pedagógica e tempo escolar: o uso do livro didático no ensino de história*. 1997. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. *O Livro Didático de História no Brasil: a versão fabricada*. São Paulo: Global, 1982.

GATTI JÚNIOR, Décio. “Livro Didático, Currículos Escolares e Programas Oficiais de História no Brasil (1970-1990)”. In: VII ENPEH: novos problemas e novas abordagens/ Lana Mara de Castro Siman; Cláudia Regina Fonseca Miguel Sapag Ricci (org). Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2006.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS. Ministério da Educação e Desporto/ MEC. Brasília, 1998.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, Kênia Hilda e SILVA, Marilda da. “Pesquisas Acadêmicas Realizadas entre 1980 e meados de 2005”. In: VII ENPEH: novos problemas e novas abordagens/ Lana Mara de Castro Siman; Cláudia Regina Fonseca Miguel Sapag Ricci (org). Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2006.

NILDECOFF, Maria Teresa. *As Ciências Sociais na Escola*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. *O Livro Didático*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1968.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto e BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus, 1984.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - HISTÓRIA (5ª a 8ª SÉRIES). Ministério da Educação e Desporto/ MEC. Brasília, 1998.

PFROMM NETO, Samuel. *O Livro na Educação*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ MEC, 1974.

SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica*. São Paulo: Nova Geração, 4 vl., ed. 2001, 2005, 2006 e 2007 para alunos de 5ª a 8ª séries. Suplementado por manual do professor.

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. "Livro Didático em Análise: Seleção do Livro Didático na Formação Inicial de professores de História - Uma Reflexão Necessária". In: VII ENPEH: novos problemas e novas abordagens/ Lana Mara de Castro Siman; Cláudia Regina Fonseca Miguel Sapag Ricci (org). Belo Horizonte: FAE/UFGM, 2006.

ZÓBOLI, Graziella. *Práticas de Ensino: subsídios para a atividade docente*. São Paulo: Ática, 2004.

Pesquisa na internet:

<http://www.abrelivros.org.br> (acessado em 19/09/2008).

<http://www.academiamineiradeletras.org.br/alaide.asp> (acesso em 10/10/2008).

http://www.estadão.com.br/estadaodehoje/20070920/not_imp54776,0.php

(acesso em 19/09/2008).

http://www.estadão.com.br/estadaodehoje/20070920/not_imp54776,0.php

(acesso em 19/09/2008).

<http://www.fae.ufmg.br/labepenh> (acesso em outubro).

<http://www.fnpe.gov.br> (acesso em 19/09/2008).

<http://www.lspn.com.br/apresentacao/index.php> (acesso em 10/10/2008).

<http://www.mec.gov.br> (acesso em 19/09/2008).

<http://www.revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG79463-6014-490,00>

[-O+MISTERIO+DO+PROFESSOR+SCHIMIDT.html](http://www.revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG79463-6014-490,00) (acesso em outubro de

2008).

<http://www.sistemas.usp.br/atena/atnCurriculoLattesMostrar?codpes=17367>

(acesso em outubro de 2008).

<http://www.ufmg.br/online/arquivos/004615.shtml> (acesso em 10/10/2008).

<http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=25279> (acesso em 19/09/2008).

<http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=25346> (acesso em 19/09/2008).

<http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=25285> (acesso em 19/09/2008).

Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Prof^a. Dra. Rosana Areal de Carvalho
Orientadora

Prof^a. Dra. Virgínia Buarque

Prof. Ms. Leandro Barbosa Andrade